

OLHARES DOCENTES



As comunidades quilombolas¹

Flávio José dos Passos

A conquista de uma sociedade verdadeiramente democrática será fruto da construção cotidiana de um modelo de educação que expresse a diversidade étnico-racial presente em nossa formação histórica e cultural enquanto povo brasileiro. Pois, como já poetizaram Aldir Blanc e Maurício Tapajós, “o Brasil não conhece o Brasil, o Brasil nunca foi ao Brasil”. Isto significa que a educação precisa estar relacionada às demandas apresentadas pelos diversos grupos sociais organizados, especialmente, aqueles historicamente silenciados por uma sociedade eurocêntrica.

As comunidades quilombolas existem no Brasil, desde o século XVI, com Palmares como exemplo maior e tantos outros mocambos espalhados por todo

¹ Trabalho realizado no âmbito do Curso Educação Escolar Quilombola pelo Programa de Formação Continuada de Docentes, Pesquisadores e Representantes de Movimentos Sociais da Revista África e Africanidades.

o território nacional. Contudo, elas nunca tiveram seus direitos garantidos, principalmente, o da posse da terra, do acesso à educação, à saúde, à renda, enfim, à cidadania plena. Ao contrário, muitas carregam histórias atuais de perseguição e violência de latifundiários pressionando para que “desocupem” as terras.

Mesmo a compreensão do que seja “quilombo”, por séculos, ficou restrita à idéia de “reduto de escravos fugidos”. Só a partir dos anos 50, com emergência de intelectuais negros, lideranças políticas e a organização de diversos segmentos do movimento negro, de educadores/as, pesquisadores/as, historiadores e antropólogos, aos poucos, essa definição amplia-se para “comunidades remanescentes de quilombos” compreendidas enquanto espaços de homens e mulheres que resistem na luta pela terra e pela preservação de sua identidade. E, com o decreto presidencial nº 4.887/03, o auto-reconhecimento torna-se o ponto de partida para as comunidades conquistarem seus direitos à titulação da terra, bem como, às políticas públicas diferenciadas enquanto forma de reparação promovida pelo Estado.

Dentre as políticas de ação afirmativa, a educação aparece como uma das principais formas de reparação. Em muitas localidades, ainda no aspecto de garantia do acesso à educação básica. Contudo, destaca-se a necessidade de uma Educação contextualizada, numa perspectiva diferenciada, quilombola. Tendo como base a Lei 10.639/03 que institui a inclusão no currículo oficial do ensino nacional dos conteúdos referentes à história e cultura africanas e afro-brasileiras, faz-se necessário pensar a realidade da educação nas comunidades quilombolas a partir de um contexto rural e negro. Quilombos compreendidos enquanto comunidades negras que, histórica, antropológica e socialmente, constroem seus espaços de liberdade, resistência e identidade, através da manutenção e reprodução de um modo de vida culturalmente próprio.

Construir a Educação Quilombola é um processo cotidiano de descentrar paradigmas, pensamentos, narrativas e posturas, na busca de uma

aproximação dialógica, na valorização da mística presente na própria comunidade quilombola, herdeira de valores ancestrais africano-brasileiros de ancestralidade, memória, oralidade, resistência, sabedoria, belezas e lutas.

Uma educação que seja ruptura com uma visão linear, preconceituosa e deturpadora sobre a presença africana no Brasil. Uma educação que parta do reconhecimento de uma “*arckhé africano-brasileira*”, ou seja, a capacidade de dar continuidade a diversos valores civilizatórios imateriais – africanidades –, fundamentos de novas sociabilidades e alianças comunitárias, tão marcadamente presentes em nossa formação sócio-cultural.

O grande desafio da pedagogia na perspectiva quilombola – bem como, da pedagogia do campo, indígena, do terreiro ou de qualquer comunidade tradicional -, é o desenvolver de uma postura etnográfica do educador em identificar, no dia a dia da comunidade, uma dinâmica interna de valores e saberes “da porteira pra dentro” em diálogo com valores e saberes “da porteira pra fora”.

No que tange à educação para a diversidade, faz-se necessário que nossas escolas, rurais ou urbanas, estejam atentas à presença da diversidade que compõe a realidade sócio-cultural daquela determinada realidade. Muitas escolas de Fundamental II acolhem estudantes oriundos de comunidades tradicionais, e não possuem um projeto pedagógico que dê conta de dialogar com essa diversidade, seja no sentido da educação para as relações étnico-raciais, seja no sentido de valorização da história e da cultura africana e afro-brasileira no desenvolvimento do currículo escolar, nos planos, nos conteúdos trabalhados, no livro didático, na formação continuada, e nos projetos extracurriculares.

Por trabalhar em uma região com grande presença de comunidades quilombolas, nas aulas de Sociologia, trabalho uma unidade inteira, nos terceiros anos, no turno vespertino, com a educação das relações étnico-raciais, com textos, músicas, debates e filmes.

REFERÊNCIAS

NUNES, Georgina Helena Lima. Educação Quilombola. In, Edileuza Penha de Souza; Maria Carolina de C. Braga; Maria Lúcia de S. Braga. (Org.). Orientações e ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais. 1 ed. Brasília: MEC/SECAD, 2006, v. 01, p. 209-212.

LUZ, Narcimária Correia do Patrocínio. Bahia, a Roma Negra: Estratégias Comunitárias e Educação Pluricultural. In, http://reposcom.portcom.intercom.org.br/dspace/bitstream/1904/18972/1/2002_NP13LUZ.pdf.